



# Eurobarómetro Standard 94

## Relatório nacional

### Opinião pública na União Europeia



Portugal

Inverno 2020-2021

Esta sondagem foi encomendada e coordenada pela Comissão Europeia,  
Direção-Geral da Comunicação.  
Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em  
Portugal.

Este documento não reflete as opiniões da Comissão Europeia.  
As interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores.

# Eurobarómetro Standard 94

## Relatório Nacional

### OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL



<https://europa.eu/eurobarometer>

Esta sondagem foi encomendada e coordenada pela Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação.

Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>I. O ATUAL CLIMA DA OPINIÃO PÚBLICA EM PORTUGAL</b>	<b>3</b>
<b>II. OS PORTUGUESES E A PANDEMIA</b>	<b>8</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>12</b>

Este Relatório Nacional do Eurobarómetro 94 foi elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal por José Santana Pereira (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa) e Patrícia Silva (Universidade de Aveiro). O texto do relatório foi elaborado de acordo com as normas do novo acordo ortográfico.

## INTRODUÇÃO

O Eurobarómetro 94 foi realizado no inverno de 2020/2021, no âmbito da análise regular da opinião pública levada a cabo pela Comissão Europeia. Este relatório nacional examina os dados relativos a Portugal, explorando dois grandes temas: a avaliação que os portugueses fazem do atual contexto económico e político, e as atitudes e avaliações dos cidadãos nacionais sobre a pandemia, as suas consequências e a vacinação. Sempre que relevante, recorreu-se a análises comparativas, a perspetivas longitudinais e à desagregação dos perfis sociodemográficos dos inquiridos.

Em Portugal, o trabalho de campo foi realizado entre os dias 19 de fevereiro e 8 de março de 2021<sup>1</sup>. Este período foi caracterizado pelo desagravamento da terceira vaga de infeções por coronavírus no país, que começara após o Natal de 2020. Durante o trabalho de campo, os novos casos de infeção passaram de cerca de 2000/dia para menos de 500/dia, e os óbitos desceram dos 100/dia para os 30/dia. No último dia do trabalho de campo, 3 por cento dos residentes em território nacional estavam vacinados contra a COVID-19, e quase 8 por cento tinham recebido a primeira dose da vacina.<sup>2</sup>

O período em que o trabalho de campo decorreu corresponde também às últimas semanas do primeiro mandato do presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Reeleito em 24 de janeiro de 2021 com 61 por cento dos votos, o seu segundo mandato teria início apenas no dia 9 de março. Nestas semanas, ganhou destaque o facto de o presidente ter solicitado ao Tribunal Constitucional um parecer sobre a constitucionalidade da lei sobre a eutanásia preparada e votada favoravelmente pelo parlamento. Ao mesmo tempo, alinhavavam-se os planos para o início do processo de desconfinamento do país, cuja primeira fase (abertura do ensino pré-escolar, das escolas primárias e das creches, autorização de venda ao postigo) tomaria lugar no dia 15 de março. No âmbito internacional, mereceram destaque as manifestações violentas em Espanha, decorrentes da prisão do rapper catalão Pablo Hasél (acusado de glorificação do terrorismo e injúrias à monarquia), e a histórica visita do Papa Francisco ao Iraque. Nos EUA, o recém-eleito presidente Joe Biden retoma o caminho do multilateralismo sob o lema “os EUA estão de volta”, participando na conferência de segurança de Munique.

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre a metodologia, por favor consulte a secção de especificações técnicas do relatório Primeiros Resultados.

<sup>2</sup> Fonte: Our World in Data.

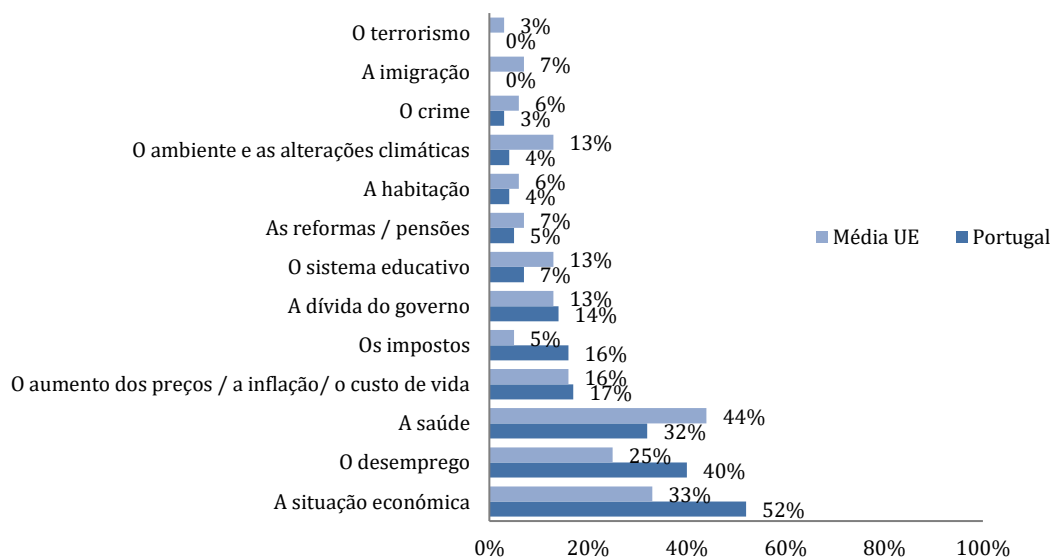
## I. O ATUAL CLIMA DA OPINIÃO PÚBLICA EM PORTUGAL

Neste inverno de 2020/2021, **52 por cento dos portugueses identificaram a situação económica como o problema mais importante do país**. Na lista de preocupações dos cidadãos nacionais seguem-se o desemprego (40 por cento) e a saúde (32 por cento). **Portugal é o terceiro país da UE em que a referência à situação económica é mais frequente**, sendo precedido pela Grécia (59 por cento) e pelo Chipre (54 por cento). As três prioridades temáticas dos portugueses são as mesmas da generalidade dos cidadãos da UE, embora estes últimos tenham, em média, referido a economia, o desemprego e a saúde menos frequentemente que os inquiridos em Portugal, como podemos observar na figura I.1.

Merece destaque o facto de que **os impostos preocupam uma maior proporção de inquiridos em Portugal (16 por cento)** do que no cômputo geral dos Estados-membros (5 por cento), sendo que no nosso país **a referência a este problema quadruplicou desde o Verão de 2020**. Por sua vez, no conjunto dos países da UE a referência ao ambiente e alterações climáticas (13 por cento), à educação (13 por cento) e à imigração (7 por cento) são muito mais expressivas do que em Portugal. De facto, **apenas três dos 1100 cidadãos nacionais inquiridos destacou a imigração** como o principal problema que o país enfrenta. A referência ao terrorismo, que é, no conjunto dos Estados-membros, pouco expressiva desde 2018 (em comparação com o período 2015-2017), não foi feita por nenhum inquirido em Portugal.

### I.1 Problemas mais importantes do país

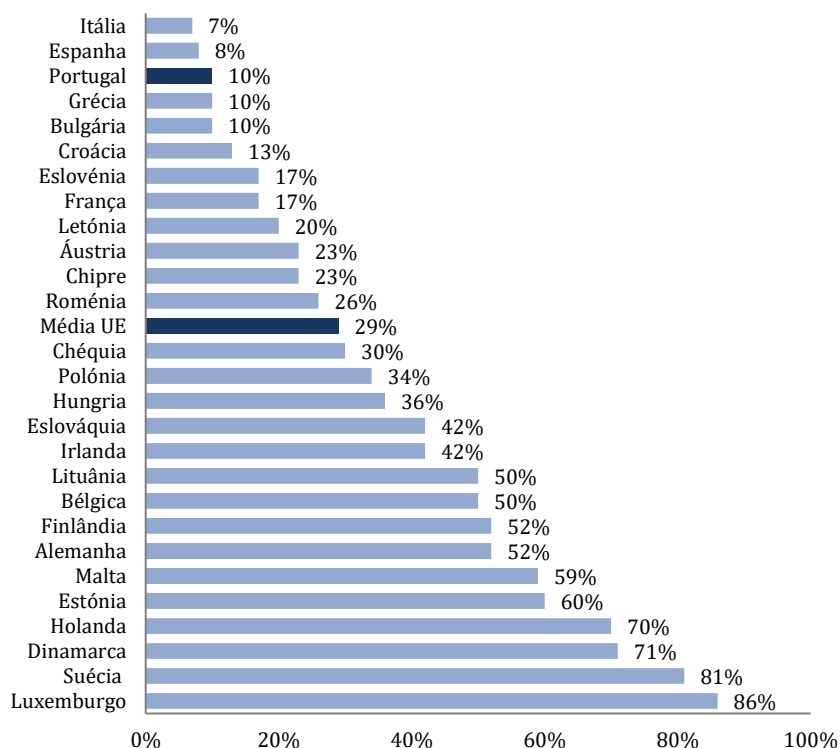
(percentagem de inquiridos que referem cada problema; duas respostas possíveis)



Perante este cenário, não surpreende que **apenas 10 por cento dos portugueses classifiquem a situação da economia nacional como positiva** (figura I.2). Trata-se do terceiro valor mais baixo entre os 27 Estados-membros (idêntico ao apurado na Bulgária e na Grécia e superior apenas ao observado em Espanha e na Itália), correspondente a um terço da média da UE para este indicador (29 por cento). O panorama em Portugal, bem como na generalidade da Europa do Sul, contrasta fortemente com o de países como a Suécia e o Luxemburgo, onde mais de 4 em cada 5 inquiridos consideram que a situação da economia do seu país é boa ou muito boa.

**I.2 Situação da economia nacional**

(percentagem de inquiridos que responderam "boa" ou "muito boa")

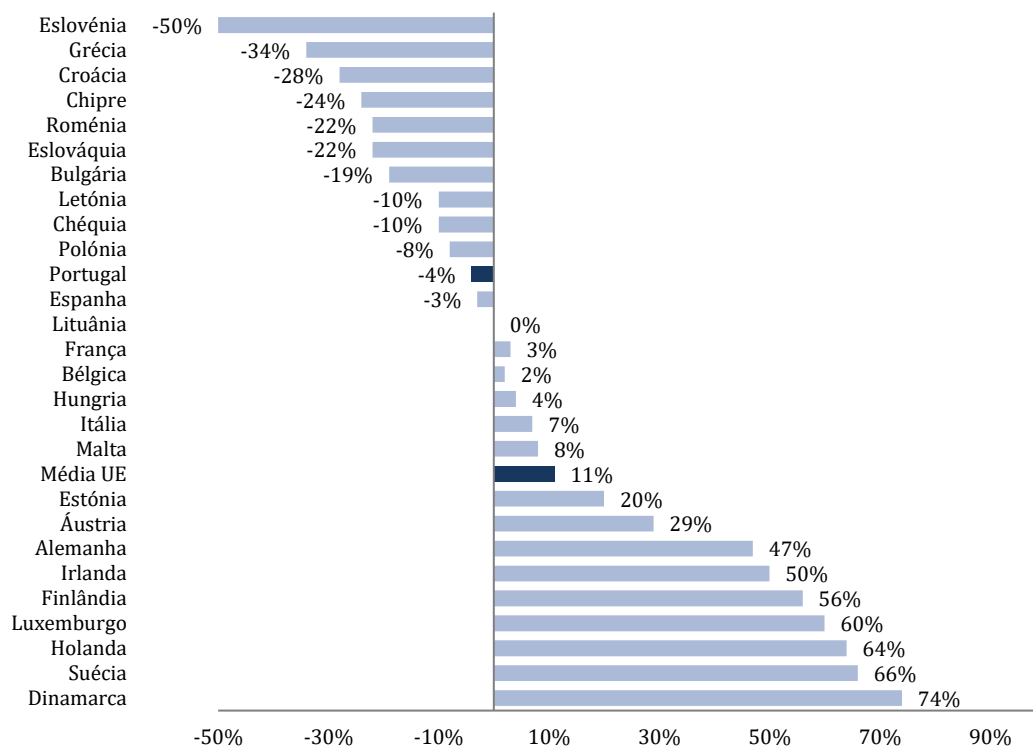


Passemos agora à análise das avaliações dos cidadãos face à esfera política. Neste inverno de 2020/2021, **48 por cento dos inquiridos declararam estar satisfeitos com a maneira como a democracia funciona em Portugal**. Trata-se de um valor consideravelmente inferior ao observado no verão de 2020, quando quase dois terços dos cidadãos nacionais exprimiam satisfação com o funcionamento do regime democrático. Actualmente, em Portugal, a **insatisfação com a democracia é maioritária entre os mais velhos** (com 55 ou mais anos; 59 por cento), **os menos escolarizados** (nomeadamente os que terminaram os seus estudos com 15 anos ou menos; 58 por cento) e **aqueles com menor bem-estar económico** (nomeadamente os que têm frequentemente dificuldade em pagar as suas contas; 72 por cento). É ainda de salientar **que 71 por cento dos inquiridos** que se definem como sendo **de direita estão insatisfeitos** com o modo como a democracia portuguesa funciona (contra **38 por cento dos inquiridos** que afirmam ser **de esquerda**).

A **descida de 16 pontos percentuais na taxa de satisfação com a democracia** entre o verão de 2020 e o inverno de 2020/2021 em Portugal não está em linha com o que se verifica no conjunto dos países da UE, onde este indicador declinou de forma modesta durante o semestre em questão (passando de 58 para 55 por cento). Apesar da descida observada em Portugal, e tal como podemos observar na figura I.3, o nosso país está muito longe da Eslovénia, onde a proporção de insatisfeitos com a democracia nacional é 50 pontos percentuais superior à proporção dos que exprimem satisfação. Apesar de **em Portugal** o saldo também ser negativo, o **padrão observado é, em linhas gerais, de uma cidadania dividida em relação a este assunto, e não do consenso sobre o insatisfatório funcionamento da democracia** observável em vários Estados-membros do Leste e do Sul da Europa.

### I.3 Satisfação com a democracia nacional

(diferença entre as proporções de inquiridos “satisfeitos” e “insatisfeitos”)

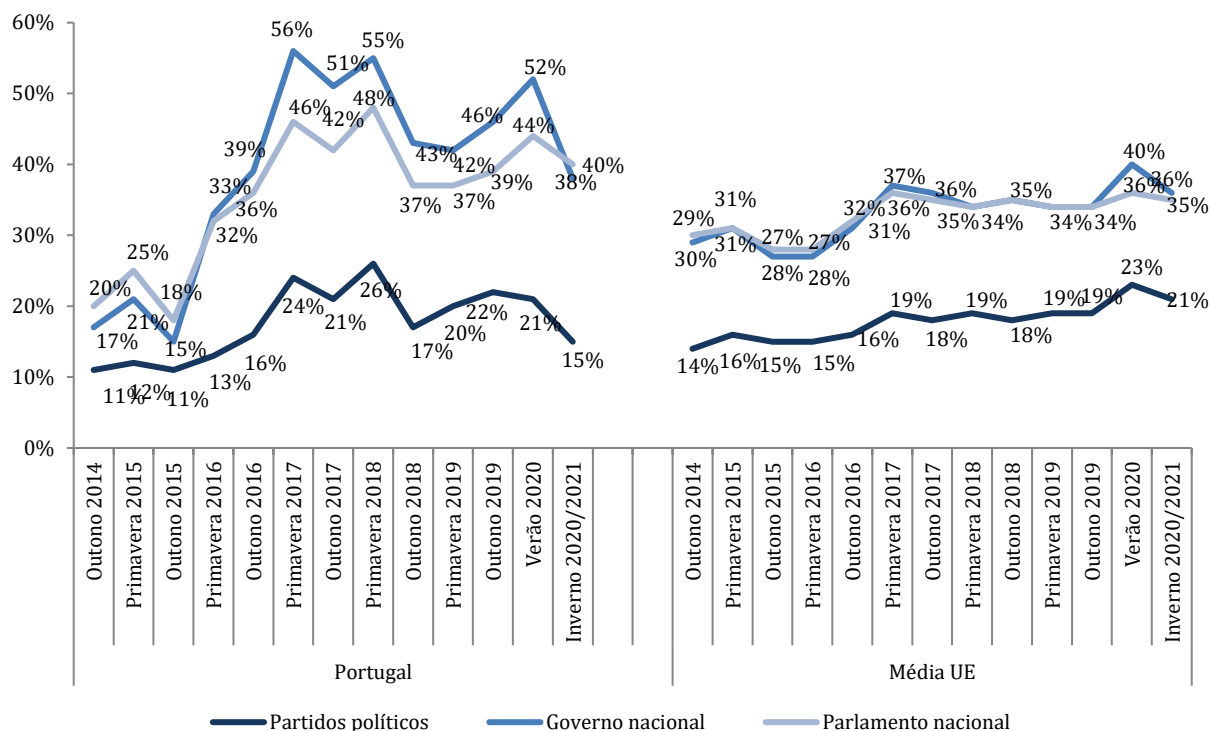


Tal como no caso da satisfação com a democracia, a confiança dos portugueses nas principais instituições políticas também conheceu um decréscimo entre o verão de 2020 e o inverno de 2020/2021. Em primeiro lugar, **a proporção de cidadãos nacionais que confia no governo passou de 52 para 38 por cento**, sendo este o valor mais baixo desde a primavera de 2016 (figura I.4). **A confiança no governo** é particularmente **baixa entre as domésticas** (28 por cento), os **desempregados** (25 por cento), os **indivíduos que têm dificuldade em pagar as suas contas** (24 por cento) e aqueles que se definem como **de direita** (19 por cento). No cômputo geral dos Estados-membros, a confiança nos governos nacionais também desceu, embora de forma mais modesta, passando de 40 para 36 por cento.

Quanto à **confiança no parlamento**, em Portugal a quebra foi mais modesta, passando este indicador de 44 para **40 por cento** (figura I.4). Trata-se, contudo, de um valor ligeiramente superior ao observado em Portugal entre os outonos de 2018 e de 2019, período correspondente ao último ano da XIII legislatura. Apesar de ter descido, a **confiança no parlamento nacional continua a ser mais alta em Portugal do que na generalidade dos países da UE** (35 por cento).

Por fim, a taxa de **confiança nos partidos políticos apresenta, no inverno de 2020/2021, o valor de 15 por cento**, sendo a mais baixa desde a primavera de 2016. A descida em relação ao valor apurado no verão de 2020 é considerável, na ordem dos seis pontos percentuais. Portugal, que estava em linha com a média europeia, posiciona-se agora bastante abaixo da mesma (21 por cento) no que a este indicador diz respeito (figura I.4).

#### I.4 Confiança em instituições políticas nacionais: evolução 2014-2021 (percentagem de inquiridos que "tendem a confiar")



Que dizer da confiança em entidades específicas? Os dados deste Eurobarómetro mostram que os portugueses **confiam** maioritariamente **nos profissionais de saúde** (95 por cento), **no exército** (87 por cento) e **na polícia** (72 por cento), mas são mais modestos na expressão de confiança nas **autoridades regionais e locais** (52 por cento). As proporções de inquiridos que expressam confiança **na justiça e no sistema judicial** (42 por cento) e **na administração pública** (41 por cento) são minoritárias no contexto português.

No que diz respeito às **autoridades regionais e locais**, a taxa portuguesa está em linha com a média europeia (55 por cento), e coloca o país a meio da tabela (no décimo terceiro lugar entre os 27 Estados-membros), embora tenha caído sete pontos percentuais desde o verão de 2020 (59 por cento).

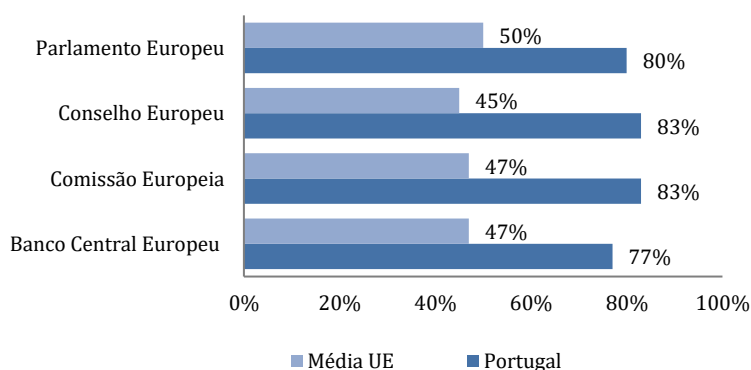
No caso da **justiça e do sistema judicial**, Portugal apresenta a **décima taxa de confiança mais baixa no grupo dos 27 Estados-membros**, um valor dez pontos percentuais inferior à média europeia (52 por cento). Em Portugal, a proporção de inquiridos que confiam na justiça corresponde a cerca de metade dos valores observados na Finlândia (80 por cento), Holanda (84 por cento) e Dinamarca (90 por cento). No nosso país, este indicador apresenta valores particularmente **baixos entre os inquiridos mais velhos** (34 por cento), **menos escolarizados** (27 por cento) e **reformados** (31 por cento). É de destacar que, entre o verão de 2020 e o inverno de 2020/2021, **a taxa de confiança na justiça e no sistema judiciário decresceu notavelmente** em Portugal, passando de 50 para os já referidos 42 por cento.

Considerações semelhantes podem ser feitas em relação à **confiança na administração pública em Portugal**, que apresenta um valor oito pontos percentuais inferior à média europeia e à proporção identificada seis meses antes (49 por cento em ambos os casos).



Por fim, procedemos à análise das atitudes face às instituições europeias e à pertença de Portugal à UE. A figura I.5 permite verificar que **as taxas de confiança dos portugueses no Parlamento Europeu, no Conselho Europeu, na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu são não apenas muito elevadas** (os valores oscilam entre os 77 e os 83 por cento), mas consideravelmente **superiores às médias europeias** para os indicadores correspondentes (entre 45 e os 50 por cento). Portugal é o Estado-membro em que uma maior proporção de inquiridos confia no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Conselho Europeu, o que contrasta com os valores consideravelmente mais baixos de países como Grécia e França. Para além disso, os portugueses posicionam-se, junto com os dinamarqueses, no primeiro lugar entre os 27 Estados-membros em termos de confiança no Banco Central Europeu.

**I.5 Confiança nas instituições europeias**  
(percentagem de inquiridos que "tendem a confiar")



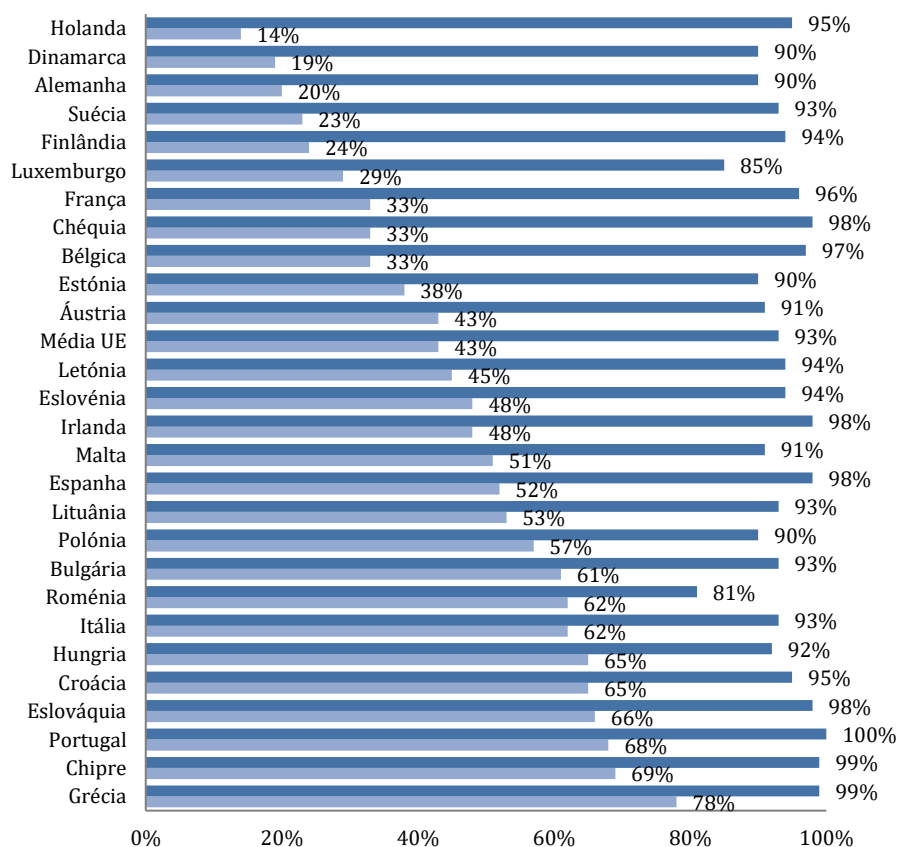
Para além disso, **84 por cento dos portugueses rejeitam a ideia de que o país poderia enfrentar melhor o futuro fora da UE**. Trata-se de um valor semelhante ao identificado na Bélgica, inferior apenas ao da Irlanda (90 por cento) e, conseqüentemente, muito **superior à média europeia** (66 por cento). Desde o verão de 2020, a proporção de inquiridos que rejeitam a ideia de que Portugal estaria melhor fora da UE aumentou 12 pontos percentuais.

## II. OS PORTUGUESES E A PANDEMIA

No conjunto dos Estados-membros da UE, existe um amplo consenso em relação às graves consequências da pandemia da COVID-19 para as economias nacionais: 93 por cento dos inquiridos concordam com tal descrição do atual panorama (figura II.1). É, no entanto, de salientar, a variação entre países, dado que, por um lado, **100 por cento dos inquiridos portugueses consideram que a pandemia trouxe graves consequências económicas para o país**, e, por outro, apenas 81 por cento dos romenos expressam esta opinião. Perante este cenário, não surpreende que Portugal seja o Estado-membro em que **uma maior proporção dos cidadãos considera que a prioridade da UE no combate à pandemia deve ser investir mais dinheiro na economia** para fomentar uma recuperação sustentável e justa em todos os Estados-Membros (45 por cento; a média europeia é de 23 por cento).

Quanto ao impacto da pandemia na **vida financeira** dos cidadãos, **Portugal destaca-se por ser o terceiro país da UE em que uma maior proporção reporta consequências graves (68 por cento)**, logo depois do Chipre (69 por cento) e da Grécia (78 por cento). Estes valores estão, conseqüentemente, muito distantes da média europeia de 43 por cento, e acima de tudo dos padrões identificados em países como a Dinamarca e a Holanda, em que menos de um quinto dos inquiridos consideram que a pandemia lhes trouxe problemas financeiros consideráveis. Em Portugal, as graves consequências financeiras são reportadas de forma particularmente expressiva pelos **desempregados (92 por cento)**, pelos **trabalhadores independentes (82 por cento)** e pelas **domésticas (80 por cento)**.

**II.1 Consequências económicas e financeiras da pandemia**  
(percentagem de inquiridos que "concordam" com cada afirmação)

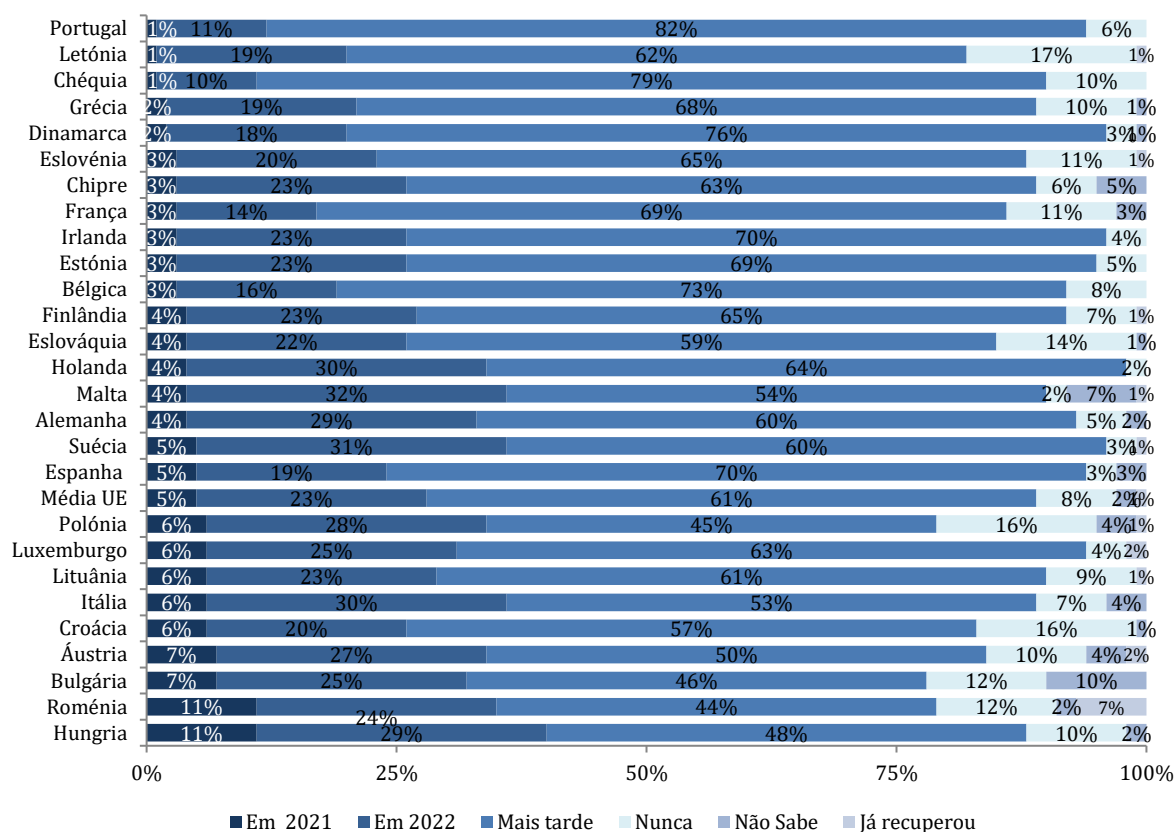


- A pandemia do Coronavírus tem graves consequências económicas para Portugal
- A pandemia do Coronavírus tem graves consequências financeiras para si pessoalmente

Como vemos na figura II.2, Portugal destaca-se também entre os Estados-membros da UE por ser o segundo país em que um **menor número de inquiridos considera que a economia nacional recuperará ainda este ano ou em 2022 (12 por cento)**. O padrão observado em Portugal contrasta fortemente com o identificado na Roménia e na Hungria, em que proporções similares de cidadãos consideram que a recuperação económica acontecerá ainda em 2021. Os **portugueses** são também os cidadãos europeus que mais expressam a expectativa de que a **economia só sarará as feridas provocadas pela pandemia depois de 2022 (82 por cento)**, um valor 21 pontos percentuais superior à média europeia.

Em linha com o padrão geral verificado no conjunto da UE, são poucos os portugueses que acreditam que a **economia nacional nunca recuperará (6 por cento)**, o que distingue Portugal de países em que o pessimismo é mais expressivo, tais como a Polónia (16 por cento), a Croácia (16 por cento) e a Letónia (17 por cento).

II.2 Quando é que a economia nacional recuperará da pandemia do coronavírus?



Os portugueses encontram-se divididos relativamente à satisfação com as **medidas implementadas pelo governo para lidar com a pandemia**, dado que **49 por cento se declaram satisfeitos e 51 por cento insatisfeitos**. Houve, desde o verão de 2020, uma **descida considerável**, na ordem dos 21 pontos percentuais, na proporção de indivíduos que expressam **satisfação** com a ação do governo português neste âmbito. A insatisfação é maioritária junto dos **trabalhadores independentes** e dos **desempregados** (59 por cento em ambos os casos), e particularmente entre quem se define como de direita (72 por cento). No cômputo geral da UE, a insatisfação com as medidas implementadas pelos governos nacionais é maioritária (56 por cento), sendo particularmente expressiva em países como a Letónia (79 por cento), a Chéquia (76 por cento) e a Eslováquia (75 por cento).

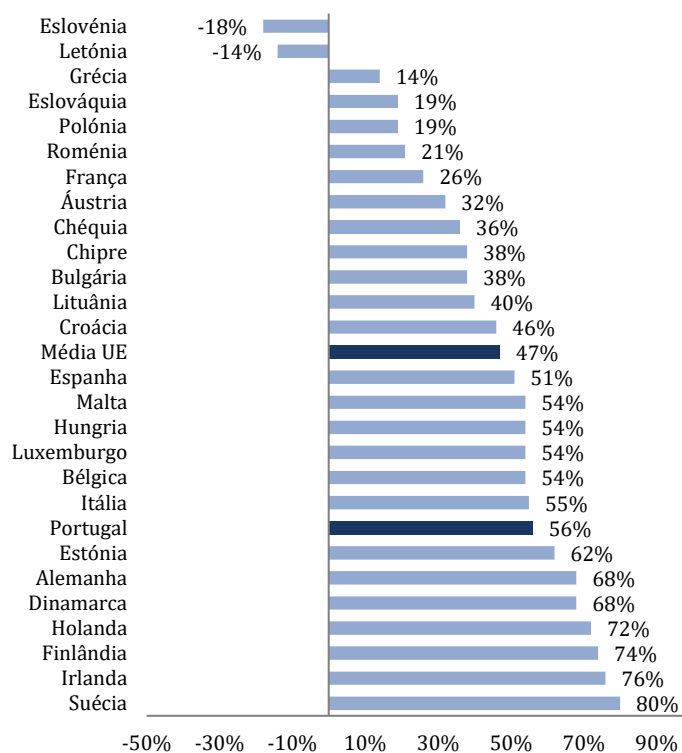
Em contraste, **66 por cento dos portugueses estão satisfeitos com as medidas adotadas pela UE** para combater a pandemia, sendo este o terceiro valor mais elevado na UE, inferior apenas ao da Dinamarca e da Letónia. No cômputo geral dos Estados-membros, metade dos inquiridos declarou-se insatisfeita

com a ação da UE, sendo tal opinião distintamente maioritária no Luxemburgo (63 por cento) e na Grécia (68 por cento).

Por outro lado, **quatro em cada cinco portugueses consideram que as medidas de restrição tomadas pelas autoridades nacionais no âmbito da pandemia foram justificadas**. Como vemos na figura II.3, Portugal é o oitavo país da UE em que a diferença entre as proporções de quem apoia e não apoia as medidas de restrição é maior (o primeiro lugar é ocupado pela Suécia, onde 90 por cento dos inquiridos consideram as medidas tomadas pelas autoridades nacionais justificadas). A opinião de que as restrições implementadas não se justificavam é apenas maioritária na Eslovénia e na Letónia.

### II.3 Apoio às medidas de restrição tomadas pelas autoridades nacionais para combater o coronavírus e os seus efeitos

(diferença entre as percentagens de inquiridos que as consideram "justificadas" e "injustificadas")



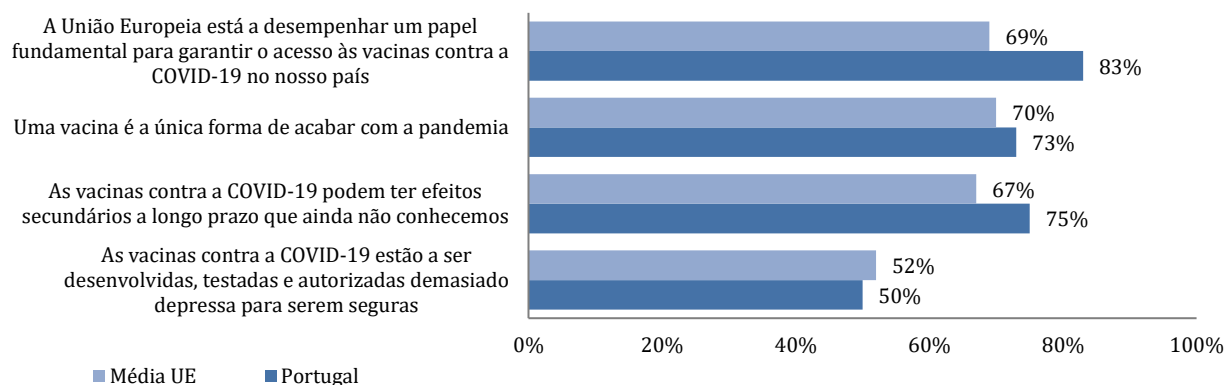
Passemos agora à análise das atitudes relativas à vacinação contra a COVID-19. Como vemos na figura II.4, apesar de **73 por cento dos portugueses considerarem que a vacina é a única maneira de acabar com a pandemia**, uma proporção muito similar expressa receios sobre **efeitos secundários desconhecidos** das vacinas atualmente disponíveis, e metade considera mesmo que a rapidez com que as vacinas foram concebidas cria **dúvidas sobre a sua segurança**. Neste âmbito, os portugueses estão em linha com o padrão geral da UE, sendo apenas superior à média europeia a proporção dos que concordam com a possibilidade de as vacinas terem efeitos secundários a longo prazo. Vale a pena destacar que, em Portugal, as **dúvidas sobre a segurança das vacinas** decorrentes do facto de as mesmas terem sido desenvolvidas em tempo record são particularmente expressivas entre os **indivíduos menos escolarizados** (62 por cento) e **os trabalhadores manuais** (67 por cento).

Para além disso, **83 por cento dos portugueses consideram que a UE está a desempenhar um papel fundamental no acesso às vacinas em Portugal**. Trata-se de um valor 14 pontos percentuais superior à média europeia (figura II.4). Este resultado está em linha com o facto de que a **segunda prioridade da UE no combate à pandemia mais citada pelos portugueses (41 por cento) é assegurar o rápido**

**acesso a vacinas seguras e eficazes** aos cidadãos de todos os Estados-membros (a prioridade mais frequentemente escolhida em Portugal foi o fomento da recuperação económica, selecionada por 45 por cento dos inquiridos).

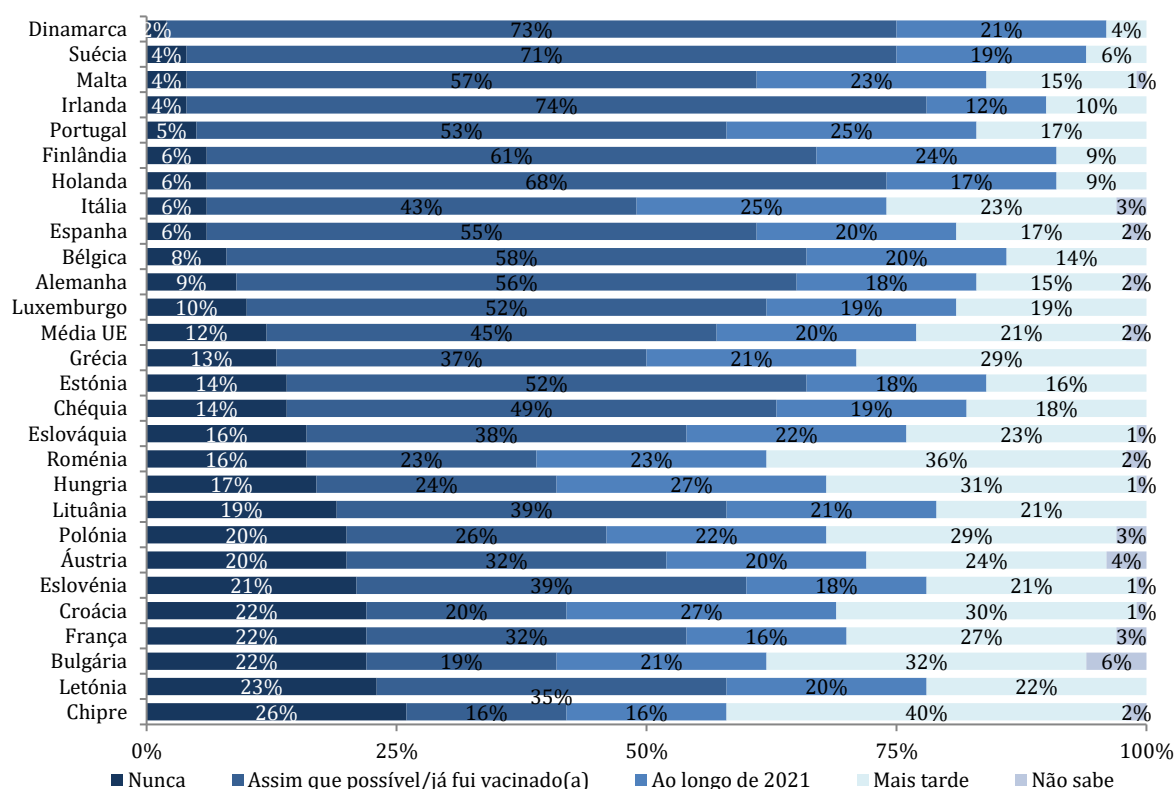
#### II.4 Atitudes face à vacinação

(percentagem de inquiridos que "concordam" com cada afirmação)



Por fim, merece destaque o facto de Portugal estar, em conjunto com a Dinamarca, a Suécia, Malta e a Irlanda, entre os cinco países em que é mais rara a recusa em tomar a vacina contra a COVID-19. De facto, apenas **5 por cento dos portugueses dizem que não querem ser vacinados**, um valor cinco vezes inferior ao observado no Chipre (26 por cento). Apesar disso, **pouco mais de metade afirma desejar fazer a vacina assim que possível ou que já se vacinou (53 por cento)**.<sup>3</sup> Apesar de esta ser uma proporção superior à média europeia (45 por cento), é consideravelmente inferior à identificada em países como a Irlanda (74 por cento), a Suécia (73 por cento) e a Dinamarca (71 por cento).

#### II.5 Quando gostaria de ser vacinado/a?



<sup>3</sup> Em linha com os dados nacionais apresentados na introdução, a proporção de inquiridos que já se vacinou será residual.

## CONCLUSÃO

A análise dos dados recolhidos pelo Eurobarómetro no inverno de 2020/2021 lança luz sobre o considerável nível de preocupação dos portugueses sobre a situação económica do país, que alcança valores muito superiores aos da grande maioria dos Estados-membros da UE. Os portugueses destacam claramente a situação da economia e o desemprego como os dois principais problemas do país e são unânimes em concordar que a pandemia da COVID-19 trouxe graves consequências para a economia portuguesa, sendo poucos os que avaliam a situação económica atual como positiva. Como sinais adicionais da preocupação dos portugueses com a economia, temos o facto de ser em Portugal que mais frequentemente se expressou a opinião de que a recuperação dos danos económicos causados pela economia ao país só se dará depois de 2022, e o facto de quase metade dos cidadãos nacionais destacar como principal prioridade da UE o incentivo à recuperação económica dos Estados-membros.

Em termos políticos, o inverno de 2020/2021 caracteriza-se por uma redução substancial da satisfação com o funcionamento da democracia e da confiança no governo, bem como, em menor grau, da confiança nos partidos políticos e no parlamento português. Os portugueses são também maioritariamente céticos em relação à administração pública e à justiça e ao sistema judicial nacionais. Destaque-se ainda que estão menos satisfeitos com as medidas tomadas pelo governo para lidar com a pandemia do que no verão de 2020, sendo a insatisfação particularmente acentuada junto dos desempregados e dos trabalhadores independentes. Apesar disso, as medidas de restrição impostas pelas autoridades públicas em Portugal merecem o apoio da maioria dos inquiridos.

Numa nota mais positiva, destacam-se os níveis muito elevados de confiança nas principais instituições europeias, acompanhados pela recusa generalizada da ideia de que Portugal poderia enfrentar melhor o futuro fora da UE. A este padrão não será seguramente alheio o facto de a maioria dos portugueses estar satisfeita com as medidas europeias para combater os efeitos da pandemia e considerar que a UE está a desempenhar um papel fundamental no acesso às vacinas contra a COVID-19 no país.

A grande maioria dos portugueses considera que a pandemia só terá fim através da vacinação, e apenas um em cada 20 não pretende ser vacinado. No entanto, são expressivas as dúvidas sobre a segurança das vacinas contra a COVID-19 e os seus efeitos secundários desconhecidos, o que ajuda a compreender porque é que apenas pouco mais de metade dos inquiridos neste inverno de 2020/2021 deseja ser vacinada o mais rapidamente possível (ou já se vacinou).